

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central Sicoob Uni de Cooperativas de Crédito – Central Sicoob Uni, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Sicoob Uni em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Central Sicoob Uni é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 27 de março de 2020.



Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090



CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
CNPJ: 04.243.780/0001-51
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2019	2018	Discriminação	NOTA	2019	2018
Circulante		3.143.514.805	2.825.183.249	Circulante		3.038.362.250	2.765.152.960
Disponibilidades	04	758.648	238.429	Relações Interfinanceiras	10	3.022.257.129	2.739.504.598
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	04	2.752.920.608	2.575.417.008	Centralização Financeira - Cooperativas		3.022.257.129	2.739.504.598
Títulos e Valores Mobiliários	05	339.301.581	204.273.230	Outras Obrigações		16.105.121	25.648.362
Operações de Crédito	06	47.660.778	28.116.425	Sociais e Estatutárias	11a	497.585	1.129.476
Operações de Crédito - Setor Privado		48.037.856	28.419.571	Fiscais e Previdenciárias	11b	591.544	449.909
(-) Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(377.078)	(303.146)	Diversos	11c	15.015.992	24.068.977
Outros Créditos	07	2.631.909	17.002.080	Não Circulante		-	195.134
Diversos		2.631.909	17.002.080	Provisão para Demandas Judiciais		-	195.134
Outros Valores e Bens		241.281	136.077	Patrimônio Líquido		149.981.921	100.473.632
Despesas Antecipadas		241.281	136.077	Capital Social	12a	128.929.637	82.927.161
Não Circulante		44.829.366	40.638.477	Reserva de Sobra	12b	2.329.342	1.960.309
Realizável a Longo Prazo		2.466.676	2.139.483	Reserva Especial	12c	17.615.843	14.689.265
Operações de Crédito	06	1.546.207	1.221.277	Sobras do Exercício	12d	1.107.099	896.897
(-) Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(6.897)	(9.160)				
Outros Créditos	07	927.366	927.366				
Investimentos	08	23.623.236	21.434.426				
Ações e Cotas		23.623.236	21.434.426				
Imobilizado de uso	09	18.159.451	16.393.722				
Outras Imobilizações de Uso		4.700.846	2.287.807				
Imóveis de Uso		15.674.530	15.674.530				
(-) Depreciações Acumuladas		(2.215.925)	(1.568.615)				
Intangível		580.003	670.846				
Softwares		1.331.687	1.341.732				
(-) Amortizações Acumuladas		(751.684)	(670.885)				
TOTAL DO ATIVO		3.188.344.171	2.865.821.726	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.188.344.171	2.865.821.726

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

**CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstração das Sobras e Perdas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	NOTA	2º Semestre 2019	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13a	88.567.929	179.158.649	120.964.840
Operações de Crédito		463.978	1.298.879	522.128
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		88.103.951	177.859.770	120.442.712
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(14.050)	(71.669)	(312.306)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(14.050)	(71.669)	(312.306)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		88.553.879	179.086.980	120.652.534
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERAC.		(84.077.651)	(170.042.641)	(113.319.670)
Receitas de Prestação de Serviços		2.850	5.807	4.450
Despesas de Pessoal	13b	(7.721.667)	(14.175.727)	(9.596.685)
Outras Despesas Administrativas	13c	(1.954.078)	(3.327.402)	(2.761.698)
Despesas Tributárias		(134.483)	(184.950)	(83.753)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas		954.203	980.997	684.461
Outras Receitas Operacionais	13d	10.484.033	20.475.934	15.703.647
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		2.418.975	4.086.310	4.224.420
Outras Despesas Operacionais	13e	(23.532)	(43.837)	(1.048.883)
Dispêndios de Depósitos Intercooperativos		(88.103.952)	(177.859.773)	(120.445.630)
RESULTADO OPERACIONAL		4.476.228	9.044.339	7.332.864
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	13f	337.905	609.119	276.568
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.		4.814.133	9.653.458	7.609.432
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(50.003)	(147.525)	(16.177)
Provisão para Imposto de Renda		(29.002)	(85.453)	(7.583)
Provisão para Contribuição Social		(21.001)	(62.072)	(8.594)
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL		4.764.130	9.505.933	7.593.255
JUROS AO CAPITAL PRÓPRIO		(5.815.603)	(5.815.603)	(4.343.240)
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES		(1.051.473)	3.690.330	3.250.015

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO
CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Reservas		Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
		Reserva Legal	Reserva Especial		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	58.766.731	1.661.343	9.523.186	1.022.690	70.973.950
Contribuições para a Reserva Especial	-	-	2.648.561	-	2.648.561
Integralizações/Subscrições de Capital	19.817.190	-	-	-	19.817.190
Destinação das Sobras para a Reserva Especial	-	-	1.022.690	(1.022.690)	-
Incorporação de Juros ao Capital	4.343.240	-	-	-	4.343.240
Sobras	-	-	-	3.250.016	3.250.016
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	298.966	-	(298.966)	-
Reserva Especial	-	-	1.494.828	(1.494.828)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(559.325)	(559.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	82.927.161	1.960.309	14.689.265	896.897	100.473.632
Integralizações/Subscrições de Capital	40.186.873	-	-	-	40.186.873
Destinação das Sobras para a Reserva Especial	-	-	896.897	(896.897)	-
Incorporação de Juros ao Capital	5.815.603	-	-	-	5.815.603
Sobras	-	-	-	3.690.330	3.690.330
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	369.033	-	(369.033)	-
Reserva Especial	-	-	2.029.681	(2.029.681)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(184.517)	(184.517)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	128.929.637	2.329.342	17.615.843	1.107.099	149.981.921

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO



CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	95.268.357	1.685.817.580
Sobras Antes da Tributação e Participações	9.653.458	7.609.432
IRPJ / CSLL	(147.524)	(16.178)
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	71.669	312.306
Provisão de Juros ao Capital	(5.815.603)	(4.343.240)
Depreciações e Amortizações	838.741	665.822
Sobras Ajustadas	4.600.741	4.228.142
(Aumento) redução nos Ativos	(182.346.539)	(49.427.971)
Títulos e Valores Mobiliários	(176.668.290)	(3.375.480)
Operações de Crédito	(19.943.216)	(29.640.847)
Outros Créditos	14.370.171	(16.338.395)
Outros Valores e Bens	(105.204)	(73.249)
Aumento (redução) nos Passivos	273.014.155	1.731.017.409
Outras Obrigações	(9.738.375)	17.385.915
Relações Interfinanceiras	282.752.530	1.713.631.494
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(4.702.437)	(16.462.159)
Aumento dos Investimentos	(2.188.810)	(1.375.820)
Aquisições do Imobilizado	(2.507.269)	(14.629.154)
Intangível	(6.358)	(457.185)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	45.817.959	26.249.666
Integralizações de Capital	40.186.873	19.817.190
Contribuição para Reserva Especial	-	2.648.561
FATES	(184.517)	(559.325)
Juros ao Capital	5.815.603	4.343.240
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e aplicações interfinanceiras de liquidez)	136.383.879	1.695.605.087
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	2.735.457.585	1.039.852.498
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	2.871.841.464	2.735.457.585
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	136.383.879	1.695.605.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO

CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Valores em reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A **CENTRAL SICOOB UNI DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO** foi fundada em **27 de agosto de 2000** e tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada em 20/03/2020.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais,

dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Confederação e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição. O investimento na Uni Corretora é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

n) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

o) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2019** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2019**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	758.648	238.429
Depósitos Interfinanceiros (I)	2.752.920.608	2.575.417.008
BANCOOB CENTRALIZAÇÃO FI – Renda Fixa (II)	118.162.209	159.802.148
TOTAL	2.871.841.464	2.735.457.585

(I) Refere-se a aplicações no Bancoob indexados ao CDI com taxas de 98% a 101%. Os Rendimentos auferidos com depósitos interfinanceiros nos exercícios de 2019 e 2018 foram respectivamente R\$ 164.329.510 e R\$ 112.646.154.

(II) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Central, depositadas junto ao BANCOOB.

5. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Letras Financeiras do Tesouro	175.488.624	721.132
Letras Financeiras - Pós Fixada	153.371.060	-
LFT Centralização Recursos Municípios	22.117.564	721.132
Cotas de Fundo Curto Prazo	3.932.343	4.384.733
Banco do Brasil - CP	3.932.343	4.384.733
Cotas de Fundo de Renda Fixa	159.880.614	199.167.365
Banco do Brasil – Renda Fixa	41.718.405	39.365.217
Bancoob Centralização FI – Renda Fixa	118.162.209	159.802.148
Total	339.301.581	204.273.230

Os rendimentos auferidos com títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 13.530.260 e R\$ 7.796.557.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2019			31/12/2018
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	48.037.856	1.546.207	49.584.063	29.640.848
Total de Operações de Crédito	48.037.856	1.546.207	49.584.063	29.640.848
(-) Provisões para Operações de Crédito	(377.078)	(6.897)	(383.975)	(312.306)
TOTAL	47.660.778	1.539.310	49.200.088	29.328.541

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018
AA	-	Normal	35.288.988	35.288.988		18.000.000	
A	0,50%	Normal	1.795.076	1.795.076	(8.975)	820.428	(4.102)
B	1%	Normal	-	-	-	820.420	(8.204)
C	3%	Normal	12.500.000	12.500.000	(375.000)	10.000.000	(300.000)
Total Normal			49.584.063	49.584.063	(383.975)	29.640.848	(312.306)
Total Geral			49.584.063	49.584.063	(383.975)	29.640.848	(312.306)
Provisões			(383.975)	(383.975)		(312.306)	
Total Líquido			49.200.088	49.200.088		29.328.541	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	144.464	47.893.392	1.546.207	49.584.063
TOTAL	144.464	47.893.392	1.546.207	49.584.063

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	31/12/2019	% da Carteira
Setor Privado – Indústria	1.227.544	1.227.544	2%
Setor Privado - Serviços	12.788.988	12.788.988	26%
Outros	35.567.532	35.567.532	72%
TOTAL	49.584.063	49.584.063	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	312.306	-
Constituições / Reversões	71.669	312.306
TOTAL	383.975	312.306

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2019	% Carteira Total	31/12/2018	% Carteira Total
Maior Devedor	35.000.000	71%	10.000.000	36%
10 Maiores Devedores	49.584.063	100%	29.640.848	100%
50 Maiores Devedores	49.584.063	100%	29.640.848	100%

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	2.631.909	17.002.080
Adiantamentos e antecipações salariais	4.929	20.503
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	11.872	329.202
Adiantamentos por conta de imobilizações	77.990	9.913
Pagamentos a ressarcir	1.527.084	958.052
Devedores diversos – país (I)	1.010.034	15.684.411
Não Circulante	927.366	927.366
Depósitos Judiciais (Nota 12c)	927.366	927.366
TOTAL	3.559.275	17.929.446

(I) A Variação de 2018 para 2019, Refere-se, basicamente, ao saldo da centralização financeira, no montante de R\$14.794.751, mantido em outra central de crédito por cooperativa incorporada

por singular associada à Central Sicoob Uni, cuja transferência financeira foi efetuada em janeiro de 2019.

8. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2019 e 2018**, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Participações Inst Financ Controlada Coop Crédito (I)	16.049.253	14.944.251
Participações Coop Exceto Coop Central Crédito (II)	302.810	200.000
Sicoob Confederação (III)	5.108.609	5.108.609
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito (IV)	2.157.888	1.176.890
Outros Investimentos	4.676	4.676
TOTAL	23.623.236	21.434.426

(I) Ações do Bancoob no montante de R\$ 16.049.253 distribuídas em 4.794.551 ações ordinárias nominais e em 3.176.780 ações preferenciais nominais.

(II) Referente a investimento na Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

(III) Filiação a Confederação Nacional do Sicoob com aquisição de quotas de capital do Sicoob, sendo o montante de R\$ 5.108.609

(IV) A Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda. não tem suas demonstrações financeiras auditadas. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 3.721.212 cujo percentual de participação é de 100%.

09. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2019	31/12/2018
Imobilizado em Curso (I)		2.408.116	297.912
Terrenos		5.530.368	5.530.368
Edificações	4%	10.144.162	10.144.162
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações		(943.883)	(538.117)
Instalações	10%	120.968	119.278
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(78.562)	(67.982)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	656.584	635.386
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(280.174)	(220.013)
Sistema de Comunicação	20%	181.489	176.006
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.075.366	882.047
Sistema de Segurança	10%	40.825	28.989
Sistema de Transporte	20%	217.500	148.190
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(913.306)	(742.504)
TOTAL		18.159.451	16.393.722

(I) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Relações interfinanceiras

Composto por depósitos efetuados pelas singulares na centralização financeira da Central Sicoob UNI com liquidez imediata, conforme determinação da Resolução 4.434 do Conselho Monetário Nacional. O valor dos depósitos é ajustado levando em consideração a rentabilidade auferida nos investimentos realizados de acordo com a política da Instituição aprovada pelo conselho de administração.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Centralização Financeira - Cooperativas	3.022.257.129	2.739.504.598
TOTAL	3.022.257.129	2.739.504.598

As despesas com depósitos interfinanceiros nos exercícios findos em 31/12/2019 e 31/12/2018 foram respectivamente R\$ 177.859.773 e R\$ 120.445.630.

11. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sociais e Estatutárias (a)	497.585	1.129.476
Fiscais e Previdenciárias (b)	591.544	449.909
Diversas (c)	15.015.992	24.264.111
TOTAL	16.105.121	25.843.496

a) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Resultado de Atos com Associados (FATES)	237.225	869.115
Resultado de Atos com Não Associados (FATES)	260.360	260.360
TOTAL	497.585	1.129.475

O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10 % das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	48.591	40.937
Impostos e Contribuições sobre Salários	542.927	408.965
Outros	26	8
TOTAL	591.544	449.909

c) Diversas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Circulante	15.015.992	24.068.977
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	635.413	512.257
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	1.998.953	1.105.833
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	7.132	-
Credores Diversos – País (IV)	12.374.494	22.450.887
Não Circulante	-	195.134
Provisão para demandas judiciais (III)	-	195.134
TOTAL	15.015.992	24.264.111

(I) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com Fornecedores.

(II) Refere-se a provisão de férias e respectivos encargos sociais e outros valores a pagar relativos a despesas administrativas da cooperativa.

(III) É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão para demandas judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para demandas judiciais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	-	195.134	195.134	195.134
Outros	-	732.232	-	732.232
TOTAL	-	927.366	195.134	927.366

Em junho de 2019, A Assessoria jurídica classificou a causa como remota, sendo portando realizado a reversão da provisão para demandas judiciais em julho de 2019.

Segundo a assessoria jurídica da CENTRAL SICOOB UNI, não existem processos judiciais nos quais a cooperativa figure como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível.

(IV) Refere-se, principalmente, à provisão para pagamento da remuneração dos recursos mantidos pelas cooperativas singulares em centralização financeira em dezembro/2019, no valor de R\$ 11.743.845, a ser efetivamente pago em janeiro/2020.

12. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas. De acordo com o Estatuto Social cada cooperativa tem direito em um voto.

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Capital Social	128.929.637	82.927.161
Quantidade de Associados	21	20

Em dezembro de 2019 a Central Sicoob Uni autorizou a filiação da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e demais profissionais da Área de Saúde da Região de Ribeirão Preto - Medcred de Ribeirão Preto (5145), ocasião em que passou a ter 21 cooperativas singulares.

b) Reserva de Sobra

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva Especial - Fundo Assemblear de Reserva Especial

Conforme determinado no artigo 16 do Estatuto Social, o Fundo de Reserva Especial será constituído pela destinação de 55% das sobras do exercício. Este Fundo terá regulamentação própria aprovada pelo Conselho de Administração, que fixará o modo de aplicação e liquidação, e será destinado a promover:

- I- O melhoramento, aprimoramento, racionalização, padronização, implementação e manutenção de controles próprios das atividades e serviços que atendam os objetivos da central e suas filiadas no contingenciamento e monitoramento da liquidez.
- II- A racionalização mediante incorporação ou fusão de singulares ou entre filiadas e outras não filiadas
- III- O contingenciamento decorrente de migração de sistemas – tecnológico ou não, gastos de organização e expansão da central e singulares filiadas.

d) Sobras do Exercício

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **27/04/2019**, foi deliberado que as sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2018**, no valor de **R\$ 896.897** serão destinadas integralmente para o Fundo Assemblear de Reserva Especial.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Sobra líquida do exercício	3.690.330	3.250.016
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apro. ao FATES	-	260.360
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	3.690.330	2.989.656
Destinações estatutárias	3.690.330	2.989.656
Reserva legal - 10%	369.033	298.966
Fundo de assist. técnica, educacional e social - 5% 2019 e 10% 2018	184.516	298.966
Fundo de Reserva Especial 55% 2019 e 50% 2018	2.029.681	1.494.828
Sobra à disposição da Assembleia Geral	1.107.099	896.897

13. Demonstrações das Sobras e Perdas

a) Receitas da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Rendas de Empréstimos	1.298.879	522.128
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	164.329.510	112.646.155
Rendas c/ Tít. Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	13.530.260	7.796.557
TOTAL	179.158.649	120.964.840

b) Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Honorários	(2.004.246)	(1.376.795)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(2.114.270)	(1.229.356)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(2.769.231)	(2.011.498)
Despesas de Pessoal - Proventos	(7.221.594)	(4.961.798)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(36.919)	(10.070)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(29.467)	(7.168)
TOTAL	(14.175.727)	(9.596.685)

c) Outras Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Água, Energia e Gás	(115.092)	(93.734)
Despesas de Aluguéis	(19.177)	(102.803)
Despesas de Comunicações	(105.477)	(118.734)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(154.789)	(146.889)
Despesas de Material	(50.203)	(54.455)
Despesas de Processamento de Dados	(657.910)	(371.509)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(122.251)	(163.106)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(117.132)	(151.337)
Despesas de Publicações	(14.537)	(7.820)
Despesas de Seguros	(16.601)	(10.381)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(7.959)	(8.942)
Despesas de Serviços de Terceiros	(67.989)	(45.157)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(53.679)	(50.997)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(321.531)	(382.348)
Despesas de Transporte	(49.218)	(31.676)
Despesas de Viagem ao Exterior	(17.828)	-
Despesas de Viagem no País	(148.917)	(128.655)
Despesas de Amortização	(97.201)	(143.066)
Despesas de Depreciação	(741.540)	(522.755)
Outras Despesas Administrativas	(281.846)	(194.197)
Contribuição a OCE	(14.583)	(33.137)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(151.942)	-
TOTAL	(3.327.402)	(2.761.698)

d) Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de Encargos e Despesas	111.959	70.844
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	195.134	-
Dividendos	1.938.962	1.553.571
Rateio de despesas da central entre filiadas	9.930.000	7.251.211
Atualização depósitos judiciais	-	18.034
Rendas de repasses Delcredere	-	8.012
Outras rendas operacionais	8.299.879	6.801.975
TOTAL	20.475.934	15.703.647

e) Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Despesas de Provisões Passivas	(7.132)	(84.264)
Outras Despesas Operacionais	(36.705)	(964.618)
TOTAL	(43.837)	(1.048.883)

f) Resultado não operacional

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Ganhos de Capital	81.622	439
Ganhos de Aluguéis	527.497	226.011
Outras Rendas não Operacionais	-	50.118
Resultado Líquido	609.119	276.568

14. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas jurídicas filiadas à esta Central, e à Confederação, as quais influenciam mensalmente para o resultado desta Instituição.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Singulares

Transação	Ativo/(Passivo e PL)	
	31/12/2019	31/12/2018
Valores a receber / a pagar		
Operações de Crédito	49.584.063	29.640.848
Rateio/Alocação Filiadas	1.517.655	869.139
Centralização Financeira	(3.022.257.129)	(2.739.504.598)
Remuneração da Centralização Financeira	(11.743.845)	(13.243.236)
Patrimônio Líquido		
Capital Social	(128.929.637)	(82.927.161)
Transação	Receitas/(Despesas)	
	31/12/2019	31/12/2018
Operações de Crédito	1.298.879	522.128
Rateio/Alocação Filiadas	17.808.406	13.248.031
Centralização Financeira	(177.859.773)	(120.445.630)

b) Remuneração paga a administradores

As transações com partes relacionadas referem-se à remuneração recebida pelo pessoal-chave da administração, ou seja, as pessoas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa Central, inclusive diretores. Compõem os valores dessa remuneração todos os benefícios concedidos pelo SICOOB UNI do pessoal-chave da administração, em troca dos serviços que lhe são prestados:

Benefícios Monetários no Exercício de 2019 (R\$)	
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(2.004.246)
Encargos Sociais	(544.385)

Ainda conforme decidido na Assembleia Geral, a cédula de presença por reunião do Conselho de Administração e Fiscal, será custeada diretamente pela cooperativa singular representada, com valor correspondente àquele pago pela própria singular a seus conselheiros.

15. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

15.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

15.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

15.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

15.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

15.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

16. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

17. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Patrimônio de Referência	148.292.856	94.838.811
Índice de Basileia %	19,37%	14,70%
Razão de Alavancagem (RA) %	4,53%	3,30%
Índice de imobilização %	13,91%	18,74%
Ativos Ponderados pelos Riscos (RWA)	760.644.285	644.479.378



GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2019.

Arnaldo de Sousa Teixeira Júnior
Diretor Operacional

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S" GO